



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

29 DE DEZEMBRO DE 1976.

SAUDAÇÃO DE FIM DE ANO AO POVO
BRASILEIRO, PELA TELEVISÃO.

Brasileiros,

Esta é a terceira vez que, ao findar-se ano de porfiado labor e ante as perspectivas de nova etapa a vencer, venho ao encontro de meus concidadãos, no remanso de seus lares, a fim de lhes trazer a palavra amiga de cordialidade, de confiança no futuro e de fé nos destinos desta Pátria que estamos todos a construir.

Seja a verdade, como sempre, a tônica desta Mensagem que me apraz dirigir ao povo bom de minha terra dele esperando compreensão e sintonia.

Início esta exposição por uma análise sumária da situação econômica do país, remontando aos primeiros dias de meu Governo, pela importância própria de que esta área se reveste e pelos fortes reflexos que tem sobre os nossos problemas políticos e sociais, no conjunto do desenvolvimento integrado a que aspiramos.

Reconhecendo a «valiosa herança dos Governos da Revolução», na primeira reunião do Ministério, a 19 de março de 1974, assinalava eu que o Brasil se alçara a «posição de destaque no quadro das novas potências emergentes», registrando, «prin-

principalmente no governo do Presidente Médici, com o alto dinamismo da economia... os maiores indicadores de prosperidade da história do país».

Mas, já então, acrescentava: «Não é menos certo, porém, que drásticas mudanças ocorridas no cenário mundial — como a grave crise de energia, a escassez de alimentos e matérias-primas essenciais, em geral, e do petróleo e seus derivados, em particular, a instabilidade no sistema monetário internacional, ainda em dolorosa busca de nova ordenação, a inflação que se generaliza pelo mundo todo a taxas alarmantes, as tensões políticas e sociais, exacerbadas pelo fermento do apelo irresponsável à violência e que intranquilizam a vida das nações, num cenário de transição para nova ordem internacional de contornos ainda indefinidos — determinarão sérias repercussões no panorama nacional...».

E, ao encaminhar ao Congresso, o II Plano Nacional de Desenvolvimento, em setembro do mesmo ano, concluía: «não pode haver lugar para otimismo exagerados, num universo de profecias sinistras que vão da estagnação à depressão econômica arrasadora».

Todavia, «conformar-se, a priori, ante tais expectativas sombrias de dias difíceis, com um pessimismo derrotista, seria refugar o esforço construtivo que, com fé, tudo pode, e aceitar, pela apatia e pelo desânimo, a realização, afinal daqueles mesmos prognósticos negativos».

Essa posição desejada de equilíbrio de serenidade e bom-senso, de realismo, entre excessos tem-

peramentais que se digladiam até hoje, na inconsequência de suas posturas estéreis — de um lado os intoxicados por uma ofuscante visão panglossiana e, de outro, as eternas cassandras que se comprazem em anunciar cataclismos — levou em fins de 74 a um balanço da gestão econômica do país, em que se salientava, em primeira linha, a flexibilidade vigilante que a caracteriza e se punha a nu a diferença marcante entre a quadra de justificada euforia econômica do Governo Médici e a que se passara a viver, plena de interrogações e de dúvidas.

Seria de admirar que mudassem as previsões e se alterassem, mais ou menos profundamente, diretrizes para a economia nacional, quando mudara tão drasticamente a situação? Pois ainda há quem só veja aí dissensões, antagonismos e agravos, na vã e insana tarefa de semear divisionismos!

A verdade é que, embora se prenunciassem, «desde meados de 1973, ... desanimadoras perspectivas para a conjuntura mundial, em todos os quadrantes do globo», manteve-se «o Brasil, por longos meses, ... imune às pressões de toda ordem que lhe advinham de fora e progredia a taxas excepcionais de crescimento econômico, escudado num otimismo sem dúvida sadio e na crença inabalável no futuro desta nação que despertara para seu destino de grande potência».

No entanto, «à inflação própria gerada no país», somava-se «inevitavelmente, larga dose de inflação importada através dos preços assustadoramente cres-

centes de produtos adquiridos no exterior», e *mês houve* em que o índice geral dos preços ultrapassou o crescimento alarmante de 5%.

E, pois, «ante o reconhecido agravamento da conjuntura, entendeu o Governo... que se impunha, desde logo, dar ao país um salutar tratamento, no sentido de reajustá-lo com a realidade internacional. Por mais doloroso que viesse a ser», reconhecia-se conscientemente, que «isto seria preferível a que se mantivesse superaquecida a nossa economia, a qual, mais dia, menos dia, teria de adaptar-se, e tanto mais brusca e depressiva, quanto mais tardiamente, às realidades de uma conjuntura mundial, em rápida deterioração, segundo dimensões imprevisíveis».

Atingido que veio a ser, após meses de um «desgastante combate continuado à inflação, satisfatório platô de estabilização e de controle», mudou-se, então «a tônica das atividades governamentais para a de um maior e renovado impulso ao desenvolvimento econômico do país, injetando-se recursos substanciais para expansão do crédito em setores prioritários, relançando-se programas de investimentos maciços nas áreas das indústrias de base e da infraestrutura, promovendo-se a correção de velhas distorções em todo o sistema de transportes, reestimulando-se o mecanismo da substituição de importações em níveis mais exigentes da produção de bens de capital e da elaboração das matérias-primas de base e, além disso, aumentando-se, muito deliberadamente, o poder da demanda efetiva de bens e de ser-

viços, num mercado interno comprimido pelos salários e vencimentos ainda excessivamente baixos, em valores reais, da grande maioria da população consumidora».

Esta breve resenha da evolução econômica do Brasil, em 1974, feita aliás nos mesmos termos usados na época, pode ser considerada quase um paradigma. No quadro de um mesmo modelo de economia de mercado, em que o núcleo estatal pela sua amplitude e dominância em setores estratégicos, se constitui em principal força propulsora e em que a intervenção do Estado se faz e se deve fazer sentir em defesa do bem comum e a favor sempre de cada cidadão e da sociedade como um todo — ela serve para ressaltar como se sucedem fases, necessariamente distintas, com características próprias e, *até mesmo*, sob certos aspectos, *antagônicas*, conforme ora se estimulem as atividades produtoras, ora se force uma desaceleração, numa sucessão inevitável de miniciclos econômicos. Diga-se de passagem que, em períodos de dificuldades internacionais, como as que vivemos, a alternância de ênfases e prioridades está presente na condução da política econômica de quase todos os países.

Num universo tão complexo, nem se dispõe de indicadores suficientemente sensíveis das variações que aí se manifestam, nem os ainda rudes instrumentos de ação permitem gradação do esforço ou satisfatória rapidez na produção do resultado, para que se possa instituir um sistema operacional livre de incômodas defasagens e à prova de qualquer abalo.

Assim, haverá sempre avanços e retardos, superposição de aspectos opostos entre fases diferentes, confundindo-se o espectro do processo real, a ponto de aparecer quem chegue a entrever aí como que estranho hibridismo de modelos distintos disputando, entre si, a primazia.

Em 1975, registrou-se novo impacto global, provocado por um aumento da ordem de 10% nos preços do petróleo. Sob o signo de dificuldades na balança comercial e no balanço de pagamentos, com a queda da nossa reserva de divisas internacionais, o ano decorreu com tendência à desaceleração que, ainda assim, permitiu um crescimento da economia nacional superior à taxa do aumento demográfico e, portanto, com aumento da própria renda per-cápita. Não houve desemprego anormal no país e, embora em pequena escala, manteve-se a curva decrescente da inflação.

Destarte, pôde concluir-se, com certa dose de compreensível satisfação: — «Justo é reconhecer-se que o Governo soube resistir a reações prematuras de pânico, apesar de estimuladas pelos exemplos que de outras bandas nos vinham . . .»; «Evitou-se às empresas privadas um tratamento de choque penoso, justamente quando elas, mal emergindo de largo período de economia acelerada se veriam muito mais vulneráveis, inclusive por total despreparo psicológico. E assegurou-se não só ao trabalhador brasileiro, mas à população em geral, ao longo destes dois anos, um clima de tranquilidade, de progresso, de normalidade do trabalho e de vida, ao tempo em que,

lá fora, se acumulavam as filas de desempregados e se paralisavam fábricas e serviços».

Iniciar-se-ia o ano de 1976 com uma nota de otimismo bem dosado. Seria, se mdúvida, «um ano difícil também». Mas proclamava-se que teríamos «todas as condições para enfrentar as dificuldades e, a despeito delas, alcançar ainda significativa marca de crescimento da economia. Aos pregoeiros do pessimismo destruidor veremos confinadas as profecias de recessão, depressão e crescimento zero».

Pois em 1976 recessão não tivemos; depressão, muito menos; o crescimento da economia foi bem maior que o desejado, bastando dizer-se que, até novembro último, o setor industrial registrava um índice de expansão entre 10 e 11%.

As reservas de moeda internacional que, em meados do ano, haviam atingido seu nível mais baixo, de 3,3 bilhões de dólares, ultrapassaram a casa dos 5,3 bilhões, superando não apenas o saldo do início do ano, mas o próprio saldo de fins de 1974.

O deficit da balança comercial, ainda elevado (cerca de 2,3 bilhões de dólares), foi, entretanto, bem menor que os 4,6 de 74 e 3,5 bilhões de 75. É que as exportações cresceram a taxa elevada (16%), enquanto as importações ficaram, em valor, próximas às de 1975. O exercício financeiro chegou a seu termo equilibrado. O nível de emprego aumentou.

O ano não foi, porém, nada tranqüilo. A expansão do crédito em fins de 1975, as condições climáticas adversas que elevaram em 70% os preços

por atacado dos produtos agrícolas, a excitação do «open market», o estímulo a novos projetos de desenvolvimento acumularam impulsos inflacionários que o reajustamento, em verdade justo e inadiável, dos salários e vencimentos dos servidores públicos, viria ainda mais a reforçar. A economia, a despeito de remédios vigorosos aplicados, continuou superaquecida por vários meses, pressionando as importações, com reflexos no balanço de pagamentos e jogando para o alto a taxa da inflação.

É que o país teimava em crescer mais do que podia com os recursos próprios disponíveis, acrescidos dos que em proporção moderada normalmente provêm do exterior. Isso poderia resultar em ajustes *a posteriori* — extremamente penosos, envolvendo o risco de graves distorções e danosos fracassos.

A contenção da disparada da inflação reclamava prontas medidas. A situação do balanço de pagamentos, com o crescente endividamento externo, também. Assim, a partir de meados do ano, várias medidas de contenção começaram a ser tomadas, sobretudo na área monetária. O primeiro impacto, bastante favorável à credibilidade externa do país, foi a recuperação das reservas internacionais. As inevitáveis defasagens, no entanto, só permitiram que a *inflação viesse a ceder* no último trimestre. Por outro lado, o panorama mundial adquiria novos contornos preocupantes, até mesmo ameaçadores.

Não se tratava, apenas, do anunciado aumento do preço do petróleo para o ano de 1977, o qual

veio a ser fixado em níveis excessivamente elevados para nós. Desde o choque inicial de 1973, quase atordoante, reflexos sucessivos se fizeram sentir, com real prejuízo das economias em desenvolvimento, como a nossa, as *mais sacrificadas de fato*. Nem havia chegado, ainda, a processar-se o necessário ajustamento a perturbação tão brusca de toda a economia mundial. Era, contudo, algo que já se esperava.

Imprevista, ao contrário, foi a tendência à estagnação que afetou as economias propulsoras do mundo ocidental, particularmente os Estados Unidos da América, após uma recuperação brilhante no início do ano. As previsões para 1977, nesse quadro, não são promissoras.

Houvessem aqueles países líderes da economia mundial podido manter, sem pausas, a retomada expansionista de sua produção, impulsionando o comércio internacional, com repercussão benéfica em toda a sua ampla periferia em que nos inscrevemos nós, e teríamos — quem sabe? — alcançado o extraordinário prodígio de atravessar, praticamente incólumes, a onda recessiva prolongada de vários anos que se abateu sobre o mundo. Prosseguiríamos, galhardamente em nosso desenvolvimento com vistas, sobretudo, a tornar nossa estrutura econômica menos vulnerável a conjunturas assim desfavoráveis que do exterior viessem novamente a nos ameaçar.

As circunstâncias, infelizmente, evoluíram em sentido diverso. E, pois — embora não caiba, abso-

lutamente, falar-se em crise — *é meu dever* convocar todos os brasileiros a uma tomada de consciência, objetiva e serena, da realidade mundial que hoje nos comprime, para que, em redobrados esforços e com a aceitação de sacrifícios que, afinal, ainda serão apenas do secundário, quando não do supérfluo, possamos superar a quadra que nos está reservada nestes anos da década dos 70.

Quanto à racionalização do uso de combustíveis, impedindo-se de toda forma o desperdício — que hoje, mais que lamentável, se torna criminoso — o Governo estuda ponderadamente alternativas possíveis e procede a gestões junto a seus fornecedores de petróleo para avaliar corretamente o impacto efetivo das decisões tomadas pela OPEP, há poucos dias. No quadro mais amplo da economia nacional, estão sendo ultimadas diretrizes e prioridades bem definidas para 1977. Algumas já são do conhecimento público. A idéia mestra, ainda, a mesma, é a de conciliar, dentro das possibilidades reais, nossa estratégia de médio prazo — expansão das exportações e sua diversificação em natureza e destinação e a substituição de importações através da implantação ou ampliação dos setores de produção de insumos básicos, *inclusive energéticos* — com as imposições imediatas, decorrentes da conjuntura atual e que se centram numa desaceleração da economia que mantenha, entretanto, o país a salvo da depressão e do desemprego.

Estou certo de que, compreensivo, o povo brasileiro entenderá a necessidade das medidas que forem

adotadas, rigorosas e incômodas que sejam, e prestará todo o seu apoio a um Governo que timbra em não pedir sacrifícios desnecessários, nem impor ônus que desatenda à equidade e à justiça social.

No que concerne à estrutura administrativa e jurídica, tem o Governo prosseguido em sua tarefa modernizadora, sendo dignos de menção especial a elaboração da nova Lei das Sociedades Anônimas e a da instituição da Comissão de Valores Mobiliários, já aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas; o projeto de emendas constitucionais para a reforma do Poder Judiciário, ora sob exame no Legislativo e que reputo de relevância para uma melhor distribuição da justiça no país e, notadamente, para a mais rápida tramitação dos processos judiciais.

Cabe citar, pela importância de que se revestem, os encontros que tive com Chefes de Estado e de Governo de países amigos. Os resultados das conversações mantidas e dos atos firmados foram altamente proveitosos, tanto do ponto de vista de nosso maior relacionamento político, como do desenvolvimento da cooperação econômica e cultural. A grande repercussão pública desses encontros dispensa-me de fazer aqui um relato minucioso a respeito.

Destaco, também, a colaboração sempre pronta e valiosa que o Executivo recebeu do *Poder Legislativo*, principalmente na análise e aperfeiçoamento de projetos de lei, num ano caracterizado por sua grande atividade política.

Os resultados das eleições estão sendo cuidadosamente computados e estudados; opiniões e informações, solicitadas a destacados próceres políticos; comentários de analistas credenciados, devidamente considerados — tudo isso como elementos objetivos e fidedignos da atualidade brasileira e com vistas à desejada promoção de um sadio desenvolvimento político do país, em clima sempre de estabilidade e segurança. Na verdade, *quis dar e dei* público testemunho da importância que meu Governo atribui — e acho que é mesmo de seu dever atribuir — aos prêmios municipais, onde os partidos que desejam ser verdadeiramente autênticos, são chamados a haurir inspiração e energias estimulantes, ao contato mais íntimo com o eleitor e as necessidades vitais dessa célula fundamental da sociedade que é, afinal, o município.

Como quer que seja, vencemos brilhantemente mais uma etapa na vida política da nação. E ao povo, porque acorreu às urnas com ordeiro e entusiástico ânimo cívico e, ademais, *porque deu ampla e indiscutível vitória ao partido do Governo*, eu sou pessoalmente grato, tanto me empenhara na campanha eleitoral a despeito de assoberbantes preocupações e afazeres administrativos.

O contato entre candidatos e o eleitorado, face a face, em comícios e outros tipos de reuniões cívicas, animou a campanha e constitui um fato auspicioso por permitir autenticidade maior da escolha. O mesmo não ocorreu, por certo, nos grandes centros populosos, fazendo-se sentir aí a influência domi-

nante de outros impulsos, menos legítimos por seus fundamentos, na escolha de nomes a sufragar. Estranho é que, em face dessa realidade que salta aos olhos, se queira atribuir significação e autenticidade maiores ao voto nas capitais e grandes centros urbanos.

A nova lei sobre o uso *eleitoral* do rádio e da televisão comprovou-se salutar, impedindo insanável disparidade que o uso daqueles meios de comunicação, em tais eleições, impõe injustamente aos candidatos. Coibiu, também, o transbordar em proveito de agitações simplesmente demagógicas, quando não até mesmo subversivas, para além das corretas motivações de uma campanha eleitoral.

Por último, devo falar das eleições municipais de 15 de novembro realizadas em louvável clima de segurança e ordem. Feriram-se após movimentada campanha que mobilizou a vontade popular em todos os quadrantes do país e que teve a virtude de inspirar o comparecimento maciço dos eleitores, numa real demonstração de interesse político, a contrastar-se, mais uma vez, com o absenteísmo apático e descrente que se está verificando em países até muito mais adiantados.

Creio, sem quaisquer dúvidas, que essas eleições, além de se polarizarem em torno de soluções alternativas dos problemas mais circunscritos às comunidades locais, representam *claro e insofismável pronunciamento* da grande maioria do povo brasileiro a favor de meu Governo — mais talvez a seus

propósitos honestos e ao esforço incansável que depende com fé e esperança no futuro, apesar das muitas limitações circunstanciais dos homens, da fase que vivemos, dos recursos disponíveis e do tempo, do que mesmo ao que tenhamos podido efetivamente realizar até agora.

Que me ajude Deus e me apoiem os brasileiros de boa fé para que possa traduzir, em concretas realidades, grande parcela do que ao Governo parece sejam as justas aspirações de nosso povo, em termos de superior qualidade de vida, maior justiça social e melhor segurança.

Tais os votos que faço a todos os brasileiros, desejando-lhes que 1977, apesar das dificuldades que nunca me permitiria esconder ou conscientemente subestimar, venha a ser mais uma etapa positiva nessa marcha incessante para um futuro melhor — nosso, de nossos descendentes e de nossa Pátria.